



## A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A AMAZÔNIA LEGAL E A NECESSIDADE DE REORDENAMENTO DE ESPAÇO INTERNO

**Herbert Schützer**

Universidade de São Paulo

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

<sup>1</sup>Herbert.shutzer@gmail.com

### RESUMO:

O objetivo do presente artigo é fazer algumas considerações importantes sobre o espaço vazio não neutro da Amazônia no limite entre Brasil e Colômbia. Uma das questões principais é entender as implicações das políticas territoriais dos dois países para a região. A hipótese que o norteia procura pensar as estruturas de oportunidades políticas, ou mais amplamente falando, o processo político, como elemento importante no papel da produção do espaço da fronteira e do domínio do espaço amazônico como pressuposto de um projeto de integração sul-americano, na continuidade de uma política sul-sul.

**PALAVRAS-CHAVES:** espaço, território, fronteira e Estado.

### ABSTRACT:

The aim of this paper is to make some important considerations about the empty space is not neutral in the Amazon boundary between Brazil and Colombia. One of the main issues is to understand the implications of policies on land two countries in the region. The hypothesis that guides research about the structure of political opportunities, or more broadly speaking, the political process as an important role in the production of space and the border area of Amazonian space as a condition of a project of South American integration, the continuity of a South-South policy.

**KEYWORDS:** space, territory and state borders.

<sup>1</sup> Docente Estácio/UniRadial – SP. Formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, pós-graduando em Política e Relações Internacionais da Escola de Pós-Graduação da FESPSP e Mestre em Geografia pela USP.



Grandes transformações no mundo do final do século XX, com socialismo entrando em colapso e a internacionalização do capital através da perspectiva do neoliberalismo, que se torna imperativo o debate sobre o tema da reordenação do espaço resultante da nova ordem mundial cujas transformações afetam a sociedade exigindo uma acomodação às novas práticas, mas que, também, passam necessariamente pelo filtro cultural da realidade local, ou sua cultura política. Com a abertura política, que generalizou a democracia como valor, os grupos nacionais que até então se encontravam marginalizados do poder ou de qualquer forma de representação e participação e que estavam oprimidos por um Estado forte, geralmente militarizado, puderam se organizar e capitalizar dividendos políticos e utilizar-se de novos sistemas políticos alcançando as estruturas do Estado, inclusive o poder.

No Brasil, como no mundo, o Estado passou por uma reorganização, mudando, ou melhor, adaptando seus objetivos e funções a nova realidade sem, contudo perder seu caráter jurídico-político sobre o território<sup>21</sup> (FOUCAULT.1975), como parece exigir, o neoliberalismo que prioriza a universalização do mercado que acaba por determinar a superação do modelo até então dominante institucionalmente do Estado-nação. A introdução de novos mecanismo normativos para atender a essas novas necessidades da ordem mundial unimultipolar (HUNTINGTON.1999), na realidade contribuiu para tornar o Estado um elemento enfraquecido frente as prioridades que transcendem a esfera do seu poder e muitas vezes

tornando-o submisso ao capital externo.

Porém, como no sistema internacional, poucas mudanças foram introduzidas desde a fundação da ONU, com exceção de 11 de setembro, que produziu um retrocesso no ordenamento internacional levando a um estado de natureza hobbesiano o sistema de relações entre os estados. Mesmo assim, a nova ordem exige posicionamentos associativos entre estados, principalmente no âmbito regional, para fazer frente à lógica dos mercados integrados. Como as inúmeras organizações econômicas surgidas após o fim do socialismo e o advento do neoliberalismo.

No tocante a regionalização sul-americana observam-se grandes dificuldades para a formação de uma forte cooperação entre os Estados. A geopolítica da região reflete a fase de transição da ordem internacional predominante operando no plano interno e externo das nações tendo como consequência ações frágeis na direção de um associativismo produtivo.

Nesta perspectiva, a emergência das novas forças políticas, de origem civil e democráticas, com a volta dos militares aos quartéis, operou no Brasil mudanças estruturais na produção de políticas públicas relativas a organização do espaço. Cujas abrangência levou a materialização do aumento do controle territorial nos espaços vazios, como a implantação do SIVAM (Sistema de

<sup>2</sup> Existem duas concepções relativas ao relacionamento do Estado com seu território, uma sustenta ser este uma propriedade que pode ser disposta com poder absoluto e exclusivo. A outra, de que o Estado possui um direito real institucional, sendo esse exercido sobre o solo de maneira que o conteúdo seja por ele determinado(DALLARI.1985)



Vigilância da Amazônia).

No presente artigo, pretende-se focar a dimensão relativa as fronteiras: como o Estado procura articular, segundo suas características modernas, a questão referente ao contexto das relações entre Brasil e Colômbia. Sabendo-se que se operam na Colômbia os mesmos mecanismos da globalização, mas que, em particular, apresenta problemas de controle territorial, pois grupos revolucionários dominam parte do território, que já produziu um plano de reestruturação, muito embora patrocinado pelos Estados Unidos, o conhecido “Plano Colômbia”, com objetivo de promover reformas que alcançassem os princípios jurídicos do Estado. E que tais medidas trouxeram para o cenário geopolítico a questão da soberania, uma vez que os grupos que dominam partes do território, sem possuir legitimidade internacional e, portanto, sem se constituírem em estados, deixam a questão fronteiriça com o Brasil extremamente tensa, por estarem ocupando o território brasileiro para suas mais variadas atividades, militares e econômicas, podendo, conseqüentemente romper o equilíbrio geopolítico da região e desencadear alterações na relação dos dois Estados, que poderiam passar por transformações da ordem econômica e social, tendo verdadeiras revoluções. (COSTA.2001)

Mesmo que até o momento, as relações bilaterais caminhem para o associativismo, principalmente pelo acordo entre o Brasil e a Comunidade Andina(CAN), que procura

propiciar um quadro favorável para a Colômbia a partir do incremento do comércio bilateral, reduzindo as diferenças entre as exportações e as importações brasileiras, procurando atingir um ponto de equilíbrio das balanças comerciais. A partir desse acordo, muitos projetos foram propostos no intuito de aproveitar os recursos naturais colombianos e brasileiros e, portanto, aproveitar os diferenciais necessários para equilibrar a balança comercial entre os dois países.

Deve ressaltar-se, o fato de se buscar um associativismo na esfera econômica sob os auspícios dos Estados, no entanto outras questões importantes das relações bilaterais não estão na pauta das negociações, principalmente quando estes dois Estados possuem em comum uma área natural através da qual se delineiam as fronteiras entre eles. Esse enorme espaço vazio, constitui-se em área onde a autoridade do Estado precisa ser buscada, para que não se materialize a teoria do Secretário de Defesa Rumsfeld sobre as “*ungoverned áreas*”. Acresce-se a isso, o caso da Colômbia ser um estado débil, por força da presença dos movimentos guerrilheiros, principalmente representados pelas FARC.

Sobre esta questão há inúmeras propostas que trazem a tona um foco comum do território enquanto objeto da ação do Estado. As análises ressaltam os efeitos no espaço das políticas territoriais voltadas para segurança e ocupação. Que envolvem conceitos como o de Estado limitado ou de limites do Estado (BOBBIO.1998), que se referem aos limites dos poderes e aos limites das funções na doutrina liberal. Ações que visam garantir o efetivo controle do espaço a partir de um ordenamento interno que remete a noção de centro-periferia, como uma verdadeira



relação colonial, onde a periferia abastece o centro (SANTOS. 2003). Como área de abastecimento, a periferia torna-se permeável criando novas situações num momento em que o Estado-nação encontra-se em um processo de transição para o chamado Estado-mercado por exigência dos novos mecanismos econômicos difundidos pelo neoliberalismo. (BOBBITT.2000)

O modelo de estudo proposto por Bobbitt (2000), em que direito e estratégia estão presentes, conjuntamente nas relações entre os Estados. A legitimidade no plano interno e no externo constituem-se áreas aonde os princípios que norteiam a ação do Estado irão desenvolver-se. A transformação do Estado-Nação, o Estado-mercado, é o viés evolutivo da dinâmica a que estão sujeitos os Estados nacionais desde sua criação por volta do século XV, como afirma Bobbitt:

*Direito, estratégia e História – três idéias antigas cuja interconexão era talvez muito mais clara para os antigos que para nós, uma vez que nos inclinamos a tratar essas áreas como disciplinas modernas distintas. Dentro de cada uma, esperamos explicações econômicas, políticas ou mesmo sociais para cada desenvolvimento; é improvável que enxerguemos alguma relação necessária entre essas três idéias clássicas. Elas não parecem depender umas das outras.”(BOBBITT.2000)*

Como elemento de reflexão, pode-se delinear: que não é possível aceitar que as três idéias caminham independentemente, com apenas algumas relações, ao contrário, percebe-se que elas estão em estreita interação. No que diz respeito ao entendimento do processo que se

desenvolve nas relações entre os Estados nacionais, a dinâmica que as relações internacionais apresentam torna necessária à conjugação dessas idéias na construção do contexto em que se desenrolam os acontecimentos que definem a ordem internacional, pelo menos a surgida após a 2ª. Guerra Mundial. Sendo esta dependente das ações, baseadas nas estratégias que adotam, os Estados planejam visando sua sobrevivência.

Sem a utilização do conjunto – direito, estratégia e História – os Estados não conseguiriam legitimar-se, não teriam autoridade para agir e garantir seu fim proposto. E para atingir seus objetivos dentro de uma ordem internacional em que prevalece a lei do mais forte, o Estado pode ser levado a decidir pela guerra toda vez que se veja ameaçado em sua sobrevivência. Aparentemente, as guerras não se constituem em fatos extraordinários, mas apenas um mecanismo de ação externa dos Estados que se fundamentam internamente na coerção, portanto a guerra passa a ser uma extensão no plano externo de suas características internas. Quanto mais militarizados os Estados se organizam internamente, mais eles atuam agressivamente no plano externo, visando, sempre, garantir o bem estar de sua sociedade. (BOBBITT.2000) Podendo-se pensar a idéia de guerra preventiva, leva a efeito pelos Estados Unidos após o 11 de setembro. Mas como este modelo teórico se confronta



com a globalização e a questão do território nesta nova fase do capital internacionalizado?

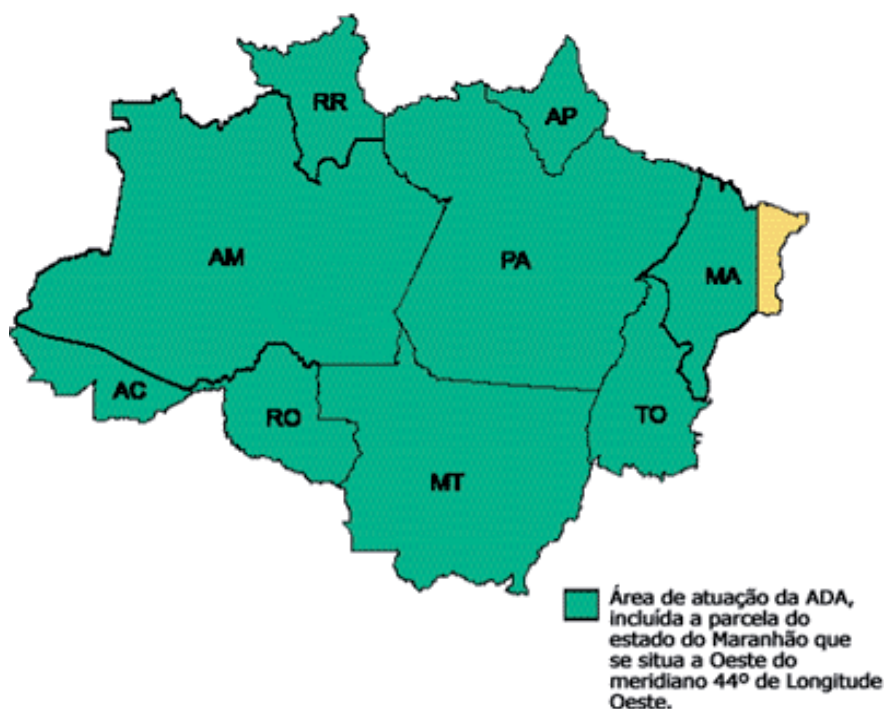
O neoliberalismo com sua visão minimista do Estado, segundo a qual este teria uma atuação cada vez menor na sociedade, restringindo-se a funções essenciais para regular as relações em sociedade com a finalidade de garantir a vida a seus cidadãos, com as conseqüentes implicações que a globalização exige como um processo de regras uniformes que são aplicadas aos países sob pena de serem excluídos das políticas internacionais. Principalmente pelos países em desenvolvimento que recebem os IED (Inversões Externas Diretas), como importantes recursos de financiamento do desenvolvimento econômico. Neste aspecto, o geógrafo Milton Santos (2001) manifestou-se de forma muito objetiva

ao analisar a processo de globalização que desenvolvia:

*“A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como de resto, de qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política.”*

Apesar da abrangência de questões que tal análise envolve, na medida em que implica circunscrever o arcabouço teórico-ideológico ao qual eles se filiaram, assim como a forma que processaram o conteúdo dessas matrizes de pensamento na formulação de suas concepções, o desafio é estimulante. Principalmente se considerarmos o momento de crises e dilemas vivenciados pela sociedade brasileira do início desse século, objeto de inúmeras reflexões.

Mapa 1- Amazônia Brasileira







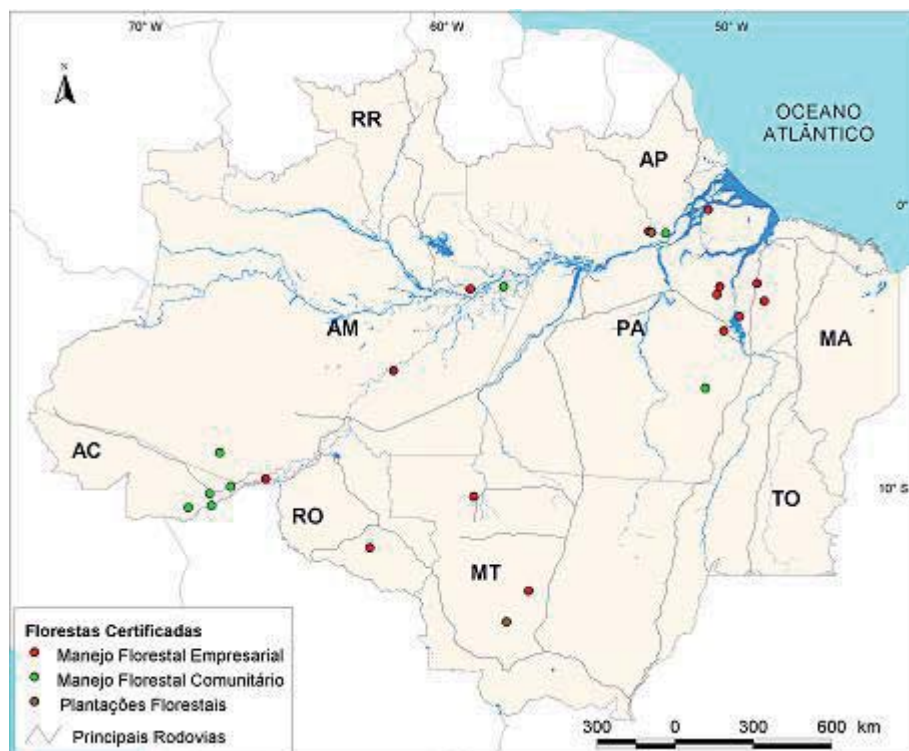
Parece claro, que tanto do ponto de vista da fundamentação teórico-ideológico como na maneira de focalizar a realidade, com as respectivas culturas políticas locais muito distintas e submetidas ao contexto histórico e as orientações da afetividade, lealdade e participação (ALMOND & VERBA.1965). Que neste tema existem diferentes perspectivas e formas de interpretação que distinguem os autores entre si. Marca dos estilos de explicação das questões, assim como das proposições e/ou das tendências que visualizavam como horizonte de futuro. Sobre este aspecto Octavio Ianni (1993) ressalta que:

*“Há de tudo nas interpretações conhecidas: catolicismo, liberalismo, evolucionismo, darwinismo social, positivismo, pragmatismo, marxismo, estruturalismo, existencialismo, funcionalismo, interpretação típico-ideal, hermenêutica e outras. Sem esquecer as*

*várias modalidades de ecletismo e bovarismo. A maneira pela qual o pensamento brasileiro incorpora, copia, parodia ou recria o pensamento europeu e norte-americano compreende um capítulo importante da maneira pela qual ele pensa a formação e a modernização da sociedade brasileira.”*

Olhando para a Amazônia como uma área ecúmena, compreensão moderna de um espaço biológico compreendido num espaço humano, incluída numa rede de relações, já não estritamente econômica, de cunho político graças as relações efetivas e potenciais (SANTOS.2004), que reclamam por ações estatais dentro da nova concepção de Estado

Mapa 2 - Projetos florestais





proposta por Phillip Bobbitt (2000) e que anteriormente, na época da ditadura militar possuía uma política que visava o efetivo domínio do espaço, a partir dos elementos conceituais de território (ANDRADE.1995), sendo esta arrefecida pelas transformações político-econômicas do final do século XX. Como afirmou Milton Santos (2004), a questão dos espaços vazios, porém não neutro, requerem políticas que garantam as riquezas naturais ao país, ficando livre das ameaças estrangeiras e, portanto, tornando a questão das fronteiras<sup>32</sup> um aspecto atual do Estado na era da globalização. No caso específico do Brasil, as fronteiras com a Colômbia tornam a questão de extrema atualidade e importância, muito embora o caso colombiano não se caracteriza como uma cobiça de Estado a espaço amazônico, isso não quer dizer que os Estados Unidos com sua pretensa ação de combate ao narcotráfico comungue do mesmo princípio, devido a condições “sui generis” do país, que não detém o controle do território graças a um poder paralelo que se desenvolveu no país, no caso as forças revolucionárias da FARC e grupos paramilitares, colocando a região sob ameaça dessas forças não legitimadas pela sociedade de Estados. E em particular, perpassando para o território brasileiro cujas tendências históricas

<sup>3</sup> No passado as fronteiras tinham uma marcação por acidentes geográficos, quando naturais, ou eram definidas por tratados caso nem sempre muito preciso. Na atualidade, os modernos recursos de aerofotogrametria e sensoriamento remoto são utilizados pelos Estados a fim de demarcar com precisão as linhas de fronteiras, o que não se deve confundir como conflitos fronteiriços resultante das pretensões de um Estado sobre porções do território de outro.

principais remetem o sistema político a cinco instâncias: 1) o conservadorismo; 2) a liberalização; 3) a política de conciliação; 4) a predominância do Estado e 5) o papel dos militares (GÓES.1986). Destacando ainda, que essa área de fronteira tem valores absolutos significantes: extensão de 1.644 Km, sendo 835 de linha seca e 809 de rios, lagos e canais; com 128 marcos, média de um a cada 12,8Km; essa região de fronteira foi demarcada por uma comissão mista de limites em vista da situação atual, em junho de 2002; a conferência da comissão mista de inspeção do marcos de fronteira brasileiro-colombiana, na cidade de Belém-PA, acordou a continuidade dos trabalhos de inspeção e densificação dos marcos da linha Tabatinga-Apaporis; toda essa extensão fronteiriça é guardada por duas brigadas, dois pelotões e um destacamento e existem apenas quatro áreas de povoamento: Tabatinga, Melo Franco, Iauaretê e Vila Bittencourt. E cuja perspectiva militar já defendia a necessidade de uma integração e fortalecimento, sugerindo, também, até o conceito de “pan-Amazônia”. Neste sentido, o General Carlos de Meira Mattos (1980), já sugeria a criação de centros ou pólos internacionais na região de fronteira.

Neste contexto, exigindo ações de ordem interna e externa envolvendo os organismos internacionais como ferramentas para a convergência de um esforço para garantir a soberania do espaço que indivisível para um Estado. Como os projetos desenvolvidos que procuram a forma sustentável de exploração do espaço. “Tão indivisível quanto à sociedade total, de que ele é o território e com o qual a sua relação é igualmente indivisível.” (SANTOS.2004:27)

No âmbito das políticas territoriais, na esfera das



relações bilaterais, torna-se de suma importância o elemento fronteira, como limite legitimado pelo Estado muito embora, como argumentou Milton Santos (2004), não tenha diminuído sua utilidade e atualidade em tempos de globalização, devendo ser analisada no presente momento de maneira, através das políticas nacionais, equacionar a restauração do equilíbrio regional sul-americanos. Desta perspectiva, o Plano Colômbia e o Plano de Seguridade Democrática, lançado pelo presidente colombiano Uribe, são imperativos para se conceber a atualidade das preocupações através o crivo interpretativo de Bobbitt (2000), com sua conseqüente inserção na pax americana e, ao mesmo tempo, analisar dois momentos da geopolítica brasileira, a do estado centralizado pós-64 na concepção Estado-nação, e a do Estado-mercado, que teve sua gênese com o fim do socialismo e deslegitimação do autoritarismo com conseqüente ascensão da democracia no país e políticas de segurança da atualidade.

Não será possível limitar o campo da análise, portanto abrimos para outras a noção do termo político estratégico que possui uma conotação inscrita na esfera militar e administrativa consubstanciando um solo ou formas de discurso (FOUCAULT.1975) nas ações do Estado. O que remete a busca da perspectiva militar do objeto em questão, quando esta dimensão institucional do Estado não mais comanda a política do estado em um contexto sul-americano, uma vez que ele se mostra historicamente relativo a dominação do espaço e portanto, exige o recorte da segurança interna em ambas as nações. A direção das estratégias brasileira e colombiana passa pela visão nacionalista e fortemente hierarquizada das forças armadas que na atual fase do Estado podem

estabelecer novas formas de relacionamento ou, então por remeter a uma questão crucial para o Estado, que a estrutura da conjuntura pode, como pressuposto, não ter sido alterada, mantendo-se tradicional e que na visão de Bobbitt (2000) e Yves Lacoste (1988) podem levar a guerra como forma de resolução, ou a formas não-militares, como a apresentada anteriormente pela visão de um militar sobre o domínio dos espaços vazios. Se assim pode-se pensar, outra teoria deve ser introduzida na análise, a teoria da área pivô de Mackinder (MELO.1999), numa transposição dos conceitos para a América do Sul, sendo, no caso, atual para o continente um século depois, ou não. Mas que pode colocar o Brasil numa perspectiva estratégica de suma importância para a política do continente, se nela estiver presente à questão da liderança continental em um momento cuja conjuntura parece perfeitamente combinável com o fortalecimento econômico e democrático do país graças ao enfraquecimento de seu principal rival no continente, a Argentina, muito embora as questões externas sejam suplantadas pelas questões de ordem interna, sendo pois a substantivas mais como políticas de governo do que como políticas de Estado. Somam-se a isso, as inúmeras crises políticas que colaboram para a redução do interesse político sobre o caso da Amazônia, num sentido amplo, como se pode verificar através do esvaziamento da Comissão de Relações Internacionais





do Senado, que entre junho e dezembro de 2005, reuniu-se apenas para apresentar um voto de censura ao presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chavez<sup>43</sup>. Ocorrendo ainda, o mesmo com as subcomissões.

A política brasileira, em termos sul-americanos caminha para uma assertiva associativa, de modelo europeu, ou como afirmou Antonio Carlos Robert de Moraes (2005), os quase-estados periféricos, apesar das enormes diferenças entre as unidades políticas que reclamam ordenamento interno, como a que Uribe vem trabalhando na Colômbia, para produzir um caminho tranquilo no sentido desse associativismo, merecendo uma atenção especial dos estrategistas de ambos os países. Por outro lado, as teorias que sustentam as estratégias modernas sobre a ação do Estado, território e fronteiras, dialogam em Ratzel e Bobbitt, entre outros, num sentido de contraposição e complementaridade servindo de estrutura teórica que iluminam as ações políticas, transplantadas para o cenário sul-americano. Em contraponto com os paradigmas dos estrategistas a acomodação entre o Estado e seus objetivos modernos dominados pela globalização.

Outro elemento que pode ser somado à questão de fronteiras na Amazônia, diz respeito à possibilidade de um novo desenho regional atingindo a sua porção ocidental que se caracteriza pela fraca ocupação e

vazios demográficos contrapondo-se aos objetivos efetivos da dominação do Estado. As propostas de criação de novos estados, principalmente na Amazônia, como a dos estados do Alto Rio Negro e do Alto Solimões, que aparecem e desaparecem no congresso nacional por foca de interesses políticos diversos, podem estar imbricados com as relações externas brasileiras na região. Como as propostas para o desenvolvimento sustentável para a região que, geralmente, não se efetivaram por diversos motivos internos e externos e na atualidade das transformações ocorridas, permitem a emergência dos setores organizados da sociedade civil preocupados com o desenvolvimento da região. O tema da redivisão territorial que Vesentini (1993) abordou sob as implicações resultantes na esfera interna do país, sob suas implicações externas, ou para a política externa do país, acabou por ficar em aberto a discussão naquele momento em que o mundo se encontrava em um processo de reordenamento. Uma outra abordagem para sustentar a questão em pauta provém de Wanderlei Messias da Costa (2001), quando afirma que a sociedade projeta no território suas intenções de poder e esta utilidade idealizada o transforma em seu território. A relação implícita entre a sociedade e seu território trás o objeto para o campo analítico da Geografia Política, por estabelecer a relação território-sociedade-poder. Com a extinção dos Estados totalitários do passado, dois regimes confirmaram sua vigência a partir de fins do século 20: a democracia liberal, cujo expoente os EUA, e a social-democracia difundida nos principais países europeus, com o respaldo de culturas políticas próprias com seus próprios sistemas políticos, mecanismos de *input/output* e crenças no poder de participação da sociedade. (ALMOND & VERBA.1965) Tanto um como outro rejeitam a utopia revolucionária do

110 <sup>4</sup> criação de restrições e estabelecimento de punições, inclusive de prisão, à livre manifestação da imprensa no país



Estado e da sociedade perfeitos, a favor de uma ordem meramente perfectível mediante o ajustamento recíproco e gradual entre sociedade e Estado.

“Por isso, toda sociedade que delimita um espaço de vivencia e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território.

Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorilizada de suas próprias relações de poder.”(COSTA.2001)

Vê-se que a instabilidade da região de fronteira possui uma importância estrutural para a construção de uma sociedade, como também do equilíbrio político de região na relação entre Estados. No entanto, alguns estrategistas brasileiros, como Braz de Araújo (2004), entendem que o país deve agir mais efetivamente no cenário internacional, atitude que requer maior dinamismo das instituições democráticas. *“Se a estratégia do umbigo de e da brazófia continuar no Brasil vamos perder o bonde da história”*. (ARAUJO.2004) Para uma configuração relativa a defesa territorial sofrer alterações decorrentes das modificações que surgiram no relacionamento do país, no contexto sul-americano da redemocratização, construindo um novo desenho de alianças regionais que serão definidas pelas políticas vigentes, ou a aliança partidária que lidera o país. Mesmo na existência de um bom relacionamento com países limítrofes, a questão fronteiriça no aspecto citado anteriormente, requerem algumas ações que muitas vezes parecem contraditórias na relação bilateral, mesmo ocorrendo ainda percepções que destoam em

relação a essa perspectiva no momento transitório do Estado, como percebemos na argumentação de Hélio Jaguaribe(1993), que entendem ser as fronteiras um elemento modernamente menos importante para o Estado na elaboração de suas estratégias, sem contudo violar os princípios teóricos da constituição do Estado.

É lícito avaliar nesta linha numa situação de normalidade, contudo no atual momento a Colômbia não apresenta um quadro de normalidade política e institucional, uma vez que o Estado encontra-se enfraquecido por lutas intestinas, perdendo o controle de parte do território e, conseqüentemente, legitimando de alguma maneira, supostas ações brasileiras no sentido de preservar o espaço fronteiriço por comprometer a segurança nacional em toda a região amazônica.

Mapa 3 - Amazônia Legal





Por outro lado, como já foi anteriormente abordado, o Estado colombiano não se encontra inerte ao quadro, refletindo os interesses da sociedade local pelos pressupostos conceituais, de instabilidade interna substanciando planos e ações que almejam alcançar a paz social. Por isso, torna-se relevante a discussão do planejamento colombiano com relação aos movimentos interno e a busca de soluções bem como a visão política da relação bilateral com o Brasil, cujos objetivos tendem ao associativismo continental que colabore para o restabelecimento da autonomia territorial. Principalmente porque a segurança interna vem fugindo do controle do Estado (CEBALLOS y MARTINI.2001) em algumas regiões do país desde 1970. Situação que se agravou pela crise econômica cuja redução da violência parece atualmente passar por uma forte negociação do governo com os grupos revolucionários que emergiram no contexto sócio-político, a Revolutionary Armed Forces a Colômbia (FARC) e a National Liberation Army (ELN), requerendo muita energia para que novamente seja legitimado o poder das instituições do Estado sobre o território colombiano. Esta energia pode ser encontrada dentro da própria sociedade a partir de soluções históricas que colaborem para inibir as elevadas taxas de criminalidade. (CEBALLOS y MARTINI.2001)

*“The bi-partisan formula – much more open and flexible than is generally*

*argued – proved a well – adapted solution to bring at least the partisan component of the violence under control.”(CEBALLOS y MARTINI.2001)*

Certamente, fórmulas políticas históricas devem servir de referência das experiências negativas para sustentar medidas positivas na resolução dos problemas. Portanto, pretende-se entender como a estrutura de oportunidades políticas para a região foi historicamente construída em ambos os países para tentar clarear os caminhos atuais desses dois países.

Para analisar a questão da fronteira Brasil-Colômbia, faz-se necessário examinar as características ambientais e a idealização da sociedade com relação ao território e conceber as ações políticas na construção e preservação da idealização e identidade, como também na materialização dos interesses de grupos (VESENTINI.1993) de acordo com o contexto político no qual está inserido, muitas vezes como elemento secundário na questão sobre fronteiras das estratégias para a ascensão dos interesses em jogo (LEAL.1976). Cujas reflexões conduzem para alguns dilemas que podem exigir uma maior mobilização da sociedade para a sua solução como por exemplo: qual a política brasileira para a região? A estratégia da diplomacia coincide com a visão militar? Qual prevalece? Dado que historicamente esses dois agentes nunca agiram em sintonia, geralmente com as questões de fronteiras constituindo-se em primazia do estamento militar enquanto o Itamaraty se ocupa de negociações no plano diplomático (MIYAMOTO.1999)

*“Se dúvidas se verificam entre esses*



*policy-makers, cabia à secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional arbitrar quaisquer divergências. Na maior parte das vezes, a favor da concepção militar, escorada no binômio segurança e desenvolvimento*

*Afinal de contas, tudo era pensado sob este prisma, não só no âmbito doméstico, mas também no plano externo.”*

Como essa norma de ação reflete, ou não no espaço a dimensão abstrata do espaço vivido construído pela percepção dos cidadãos (LENCIONI. 1999) e que revelam práticas sóciopolíticas. Que necessitam, buscar os elementos que revelam uma identidade regional na democracia consensual brasileira com seus *inputs* e *outputs* das políticas territoriais. Tal posto, remete ao tema da organização do sistema partidário brasileiro (SHMITT. 2002) permitindo que se encontre as condições em que o governo processa as demandas provenientes de seu exterior, convertendo em respostas rápidas para a sociedade (ANDRADE. 1998), na sua idealização do espaço. Mesmo não existindo um paradigma legitimado sobre o desenvolvimento sustentável para a Amazônia, mas muito pelo contrário, são inúmeros os projetos fracassados frente aos que alcançaram êxito para a região, como o Lãs Gaivotas na Colômbia e, que colocaram em risco a soberania da região. E dada a configuração do sistema político qual foi a prática estratégica dos grupos sociais interessados com seu respectivo movimento e acesso às estruturas de barganha política ou infra-estruturas de

organização que promovem a funcionalidade do espaço, cujas ações para o desenvolvimento da região amazônica são nulas, pois direcionam a uma exploração destrutiva de madeira, minérios e pescados, confrontando o ideal de sustentabilidade com os interesses econômicos neoliberais.

Outro aspecto pertinente do contexto região em questão, se refere a construção de um intercâmbio entre o Comando Vermelho, facção criminosa brasileira, e a FARC no que diz respeito ao tráfico de drogas e de armas que transcende a região em questão, como a intervenção dos países centrais e organismos internacionais, o CICAD<sup>54</sup>, mas cujas bases de ação pontificam-na com área de origem do armazenamento e comercialização no mercado negro, requerendo os princípios do espaço total do Estado e ações inibidoras, principalmente do Estado brasileiro que já desenvolveu uma série de programas bilaterais visando combater o narcotráfico ao longo da fronteira, além de desenvolver através do SENAD<sup>65</sup> uma política nacional antidrogas, já que da outra parte as instituições não controlam o território devido a sua fragilidade estando sem condições de intervir positivamente. As condições históricas da sociedade colombiana com suas clivagens sociais e políticas não abonam um possível equilíbrio interno, pois este depende de reformas estruturais no interior do Estado

5 <sup>4</sup> Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, vinculada a OEA.

6 <sup>5</sup> Secretaria Nacional Antidrogas.

para assim demandar ações eficazes, sendo estas passam pela própria cultura política colombiana. Contudo, o tempo que estas reformas requerem não são compatíveis com as necessidades da sociedade brasileira.

Enfim, uma região de limite de Estados exige aplicação das normas internas com maior fluidez e das normas internas que envolvem a política internacional passando pelas instituições do foro e pelas práticas pós 11 de setembro implementadas pelos Estados Unidos para segurança nacional e proteção econômica, com isso, aproveitar a oportunidade do pouco interesse pelos problemas do continente contextualizada pela política conservadora e com outro foco no plano internacional, deixa o espaço sul-americano de certa forma livre das influências norte-americanas, com possibilidades efetivas do Brasil de agir na direção de uma liderança continental que, sem dúvida serviria de estrutura política para uma ação sul-sul mais ampla. Reforçando as negociações neste plano com a Índia e a África do Sul, já em andamento e que concretiza uma política externa mais agressiva do atual governo. Com isso, um bom número de variáveis independentes se somam para substanciar a argumentação e análise do espaço de fronteiras em contextos que envolvem esferas diferentes, mas que podem exigir atitudes de fundamentos teóricos e práticos almejando a estabilidade política da região, sem este objetivo, qualquer pretensão maior deixará um flanco aberto enfraquecendo a determinação da nação que almeja uma melhor colocação no plano internacional. Ou caminhar em direção a processos de transformação que subverterão a ordem mundial, com conseqüente instabilidade ameaçadora ao desenvolvimento do continente.

## Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a América Latina**. São Paulo. Editora Contexto.1989.

\_\_\_\_\_. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo. Editora Hucitec. 1995.

ANDRADE, Régis de Castro(org). **Processos de Governo no Município e no Estado**. São Paulo. Edusp. 1998.

ARAUJO, Braz. **Liberdade, democracia e guerra ao terrorismo**. In: Jornal da USP. 22/03/2004.

BAQUERO, Marcello.(org). **Reinventando a Sociedade na América Latina**. Rio Grande do Sul. Editora da Universidade. 2001.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo. Editora brasiliense. 1994.

\_\_\_\_\_. **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília. Editora Unb. 1997.

BOBBIT, Philip. **A Guerra e a Paz na História Moderna**. São Paulo. Editora Campus. 2001.

BRENER, Jayme. **Regimes Políticos**. Editora Scipione. São Paulo. 1994.

CEBALLOS, Miguel. MARTIN, Gerard. **Between Terror and Reform**. In: Georgetown Journal of International Affairs Summer/Fall 2001.

COSTA. Wanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto. 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo. Editora Saraiva.1985.



DOUROJEANNI, Marc J. **Médio século de desenvolvimento em la Amazônia: ¿existen esperanzas para su desarrollo sustentable?** In: USP – Estudos Avançados, no. 34 . São Paulo. 1998.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder.** [www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault](http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault). Acesso: 10/01/2005

GARCIA, Antonio. “**Colômbia: meio século de história contemporânea**” in. Casanova, Pablo G. (org.) América Latina: história de meio século, Brasília, Editora da UnB. 1988

GÓES, Walder. **Tendências da Política Brasileira.** In: Sociedade e Estado. Revista do Departamento de Sociologia da Unb. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1986

GOMES, Eduardo Biacchi. **A Globalização Econômica e a Integração no Continente Americano. Desafios para o Estado brasileiro.** Rio Grande do Sul. Editora Unijuí. 2004.

HUNTINGTON, Samuel. **A Superpotência Solitária.** in: Foreign Affairs, Edição Brasileira, no. 30, março de 1999, Jornal Gazeta Mercantil

IANNI, Otávio. **Sociedade Global.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1992.

JAGUARIBE, Helio. **Crise na República.** Rio de Janeiro. Editora Biblioteca Universidade Estácio de Sá. 1993.

KRITSCH, Raquel. MELLO, Leonel Itaussu. VOUGA, Claudio. (org). **Oliveiros S. Ferreira, um pensador da política.** São Paulo. Humanitas Publicações FFLCH/USP. 1999.

KRITSCH, Raquel. RICUPERO, Bernardo. (orgs). **Força e Legitimidade: novas perspectivas?** São Paulo. Humanitas Publicações FFLCH/USP. 2005.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** São Paulo. Editora Papirus. 1988.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto.** São Paulo. Editora Alfa-Omega. 1976.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. **A noção de região no pensamento**

**geográfico.** In: Novos Caminhos da Geografia. São Paulo. Editora Contexto. 2002.

MAGALHÃES, Erasmo D’Almeida. LA CORTE, Judith de. LOBO, Haddock. ROSA, Ubiratan. Pe-reira, Ary Tupinambá. **Dicionário de Geografia do Brasil.** São Paulo. Edições Melhoramentos. 1976.

MAIA, Luis Alves Brigido. **Fronteira Brasil-Colômbia: Formação, Vigilância e Vivificação.** São Paulo. Tese de Mestrado na Geografia/USP. 2004.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo. Edusp, Hucitec. 1999.

MEZA, Ricardo Vargas “**The FARC, the War and the Crisis of State,**” *NACLA Report on the Americas*, Mar./Apr. 1998.

RATZEL, Friededrich. O Solo, a Sociedade e o Estado. São Paulo. In: **Revista do Depto de Geografia.** São Paulo, FFLCH-USP, 1983, n.2, pp.93-101.

RODRIGUES. Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social.** São Paulo. Edusp. 2002.



SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo. Edusp. 2002.

\_\_\_\_\_. **Economia Espacial.** São Paulo. Edusp. 2003.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço.** São Paulo. Edusp. 2002.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política.** Rio de Janeiro. Editora Artenova. 1975.

VESENTINI, José Willian, **Democracia, federalismo e redivisão territorial.** In: revista Visão. 07/04/1993.